

Ata N.º	04/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 04/2017 DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

----- Aos vinte dias do mês de setembro do ano dois mil e dezassete, na vila de Vila Nova de Paiva e Salão Nobre dos Paços do Município, após convocatórias individuais e edital afixado nos lugares públicos de estilo, em que se anunciava o dia, hora e local da sessão e a respetiva ordem do dia, realizou-se a quarta sessão de natureza ordinária deste órgão deliberativo do Município de Vila Nova de Paiva, do mês de setembro do ano em curso.-----

----- Aberta a sessão pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Paulo Manuel Teixeira Marques, eram catorze horas e dez minutos, e feita a chamada, verificou-se estarem presentes os seguintes Membros: -----

----- Da Mesa da Assembleia: -----

----- Helena Isabel Mota Afonso Reis, 1.ª Secretária -----

----- José Luís Lopes Ramos, 2.º Secretário -----

----- Dos Membros eleitos: -----

----- Pedro Alexandre Afonso de Sousa -----

----- Manuel Morais Ramos -----

----- Mário Jorge Martinho Morgado -----

----- Ilídio Silva Ferreira -----

----- António Manuel Rodrigues Coelho -----

----- Fernando da Costa Felix -----

----- José Manuel Soeiro do Nascimento Correia Alves -----

----- Rosa Cristina Clara Alves Pinto -----

----- Paula Cristina Sá Nascimento -----

----- Rosa Maria Carvalho dos Santos -----

----- José Manuel Afonso Rodrigues -----

----- Diogo Marins Cardoso -----

----- Dos Representantes das Juntas de Freguesia: -----

----- Ilídio Afonso da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas; -----

----- Augusto Marques Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Queiriga; -----

----- Amândio Martinho Salvador, Presidente da Junta de Freguesia do Touro; -----

----- Jorge Manuel Pereira Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira. -----

----- Não compareceram à sessão os membros Sr. Jorge Manuel Silva Cerdeira, e Sr.^a Rosa Maria Carvalho dos Santos. -----

----- Em representação da Câmara Municipal esteve presente na sessão o Sr. Presidente da Câmara, José Morgado Ribeiro, em cumprimento do disposto na alínea r), do n.º 1, do art.º 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com os n.ºs 1 e 2 do art.º 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- Verificando-se haver quórum, o Sr. Presidente da Mesa deu início aos trabalhos:

-----**PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

----- **1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso:** -----

----- **a) Correspondência recebida no período compreendido entre 30 de junho e 19 de setembro de 2017.** -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão. -----

----- **1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”:** -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros: -----

----- O Sr. José Manuel Correia Alves que referiu a questão da água cujo problema se tornou mais acentuado no corrente ano, questiona o Sr. Presidente sobre a assinatura de protocolo juntamente com outros Municípios para construção da Barragem da Maeira, levantando também a questão do preço deste bem precioso. Para além da questão da quantidade alertou também para a questão da qualidade da água fornecida nestes último mês no Concelho de Vila Nova de Paiva. Relativamente à solução delineada com a criação da empresa Intermunicipal salienta que o modelo se aproxima do já anteriormente proposto e rejeitado no mandato de 2009/2013, tendo sido assinado um compromisso idêntico e anterior a decisão de não aceitação do modelo. Esta forma de resolução do problema da água obrigará a um estudo de viabilidade económica e financeira que incorporará os custos de investimento e de exploração do sistema intermunicipal no período de concessão e será esse estudo que irá determinar o valor das tarifas de fornecimento de água e tratamento de esgotos aos Municípios aderentes. Certamente que essa tarifa não será inferior à já rejeitada há oito anos pelo que não se compreende o adiamento da resolução desta situação que sempre afetou este município.-----

----- O Sr. António Coelho, referindo-se às Minas do Rebentão, na Lousadela, questionou o Sr. Presidente sobre a segurança daquelas minas e a quem compete aquela segurança.-----

Ata N.º	04/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

----- O Sr. Fernando Félix, questionou o Sr. Presidente sobre as obras de requalificação da EB 1 e Pré-Escolar de Vila Nova de Paiva, que ainda não foram adjudicadas, conforme se constata na ata da reunião da Câmara de 15 de setembro. ----

----- O Sr. Ilídio Silva Ferreira referindo-se à floresta alertou para sua prevenção contra os incêndios. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia tomou a palavra para dizer que “ os meus conhecimentos de água não são profundos mas interesse-me de sobremaneira sobre as questões jurídicas envolvidas. Uma empresa intermunicipal com fins específicos pode ter muito que se lhe diga. Haverá uma máquina que será criada e que terá custos que todos teremos de pagar: gestores, vogais, pessoal, tudo será pago por nós. Os exemplos que temos tido de privatização de águas, e é isso que está em causa, privatização de águas, não são dos melhores. As águas do planalto tiveram muitos problemas na sua gestão com ações em tribunal, devolução de dinheiro por parte de quem geria e, além disso, têm das águas mais caras do País. Apelo a todos quantos estarão no próximo mandato na Assembleia que estejam atentos pois é aqui que tudo se decide e é uma questão muito importante para o futuro do Concelho.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara, agradeceu a boa colaboração de todos durante os últimos quatro anos, e prestou todos os esclarecimentos considerados necessários sobre as preocupações que lhe foram apresentadas pelos membros que intervieram no período “antes da ordem do dia”. -----

----- Não havendo mais inscrições para este ponto da ordem do dia passou-se à análise da ordem do dia como segue: -----

----- ORDEM DO DIA -----

----- **a) Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Assembleia Municipal do dia 30 de Junho de 2017**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, aprovar o texto definitivo da ata da reunião de 30 de junho do ano de dois mil e dezassete. -----

----- Os Sr. Pedro Alexandre Afonso de Sousa, António Manuel Rodrigues Coelho, Mário Jorge Martinho Morgado não participaram na discussão e votação da ata dado não terem estado presentes daquela reunião. -----

----- **b) 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano (GOP) e 2ª Revisão do Orçamento do Exercício de 2017**, aprovadas em proposta pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 1 de setembro de 2017 – Apreciação e aprovação. -----

----- O Sr. Presidente explicou a necessidade desta 2.ª Revisão que se prende com a aquisição de uma máquina varredora automatizada e com por centro elétrica, para os Serviços de Limpeza Urbana. -----

----- Não tendo havido inscrições para este ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção dos Srs. Fernando Félix, José Manuel C. Alves Rosa Cristina Alves Pinto e Paula Cristina Sá Nascimento, aprovar a 2.ª Revisão às GOP e Orçamento para o ano de 2017.-----

----- **c) Declaração de interesse municipal sobre o projeto PDR2020-10216-033742, “Centro de Memória das Migrações de Queiriga”, candidatado à Medida 10.2.1.6 “Renovação de Aldeias” do PDR2020, com requalificação da antiga Escola Primária da Queiriga, sita no Lugar do Outeiro Santo, na povoação e freguesia de Queiriga.** -----

----- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 7 de setembro de 2017, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 15 de setembro do ano em curso, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

1. Na sequência do Anúncio de Abertura de Período de Apresentação de Candidaturas n.º 001/ADDLAP/10216/2016, de 22 de dezembro de 2016, ao abrigo da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Portarias n.ºs 249/2016, de 15 de setembro, e 238/2017, de 28 de julho, que estabelece o regime de aplicação da Ação n.º 10.2, «Implementação das estratégias», integrada na medida n.º 10, «LEADER», da área n.º 4 «Desenvolvimento local», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020, o Município de Vila Nova de Paiva apresentou uma candidatura, em 31 de março de 2017, no âmbito da Medida 10.2.1.6 «Renovação de aldeias», para obtenção de cofinanciamento para “Requalificação da antiga Escola Primária de Queiriga”, sita no Lugar do Outeiro Santo, na povoação e freguesia da Queiriga, deste Município, tendo em vista a criação de um “Centro de Memória das Migrações de Queiriga”, projeto ao qual foi atribuído o código PDR2020-10216-033742.

2. O projeto representa um investimento total e elegível, com IVA incluído, no montante de € 83.170,60 (oitenta e três mil, cento e setenta euros e sessenta cêntimos), com uma taxa de cofinanciamento de 85%, envolvendo:

a) A execução de obras de requalificação e beneficiação das instalações da antiga escola primária, composta por terreno com área total de 2.300 m², com área coberta de 431 m², inscrito sob o artigo urbano 298 na matriz predial urbana da respetiva

Ata N.º	04/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

freguesia e descrito a favor do Município na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Paiva sob o número quatro mil duzentos e sete; e

b) A aquisição de serviços para elaboração do projeto de conceção, aquisição de equipamento administrativo e aquisição de equipamento informático e audiovisual.

3. O projeto centra-se sobre a temática emigração e memória da Freguesia de Queiriga, que o Município pretende implementar na freguesia, apelidada de "aldeia mais francesa de Portugal", que será mais um forte contributo para a dinamização e valorização do território local e regional, ao nível económico, cultural e social, contribuindo assim para os objetivos do documento Estratégico de Desenvolvimento Local do território do Grupo de Ação Local (GAL) da ADDLAP – Associação de Desenvolvimento Dão Lafões e Alto Paiva, que este Município integra.

4. Pretende-se ainda com este projeto, ser o ponto de partida de uma visita turístico-cultural a outros locais de interesse existentes na área envolvente da Freguesia de Queiriga nomeadamente, o Parque Botânico "Arbutus do Demo", as Minas de Queiriga e a Orca dos Juncais, classificada de Monumento Nacional, visitados anualmente por centenas de turistas.

5. Para que possam beneficiar do apoio do PDR2020, os projetos de investimento devem reunir determinadas condições, nomeadamente terem reconhecido interesse para as populações ou para a economia local, tendo em conta a estratégia de desenvolvimento local, como exige a alínea i) do artigo 46.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, sendo que tal circunstância, no caso vertente, deverá ser reconhecida pelos órgãos do Município, como decorre do n.º 9 do Anexo I da Orientação Técnica Específica n.º 33/2016, de 1 de setembro de 2016, do PDR2020.

Face ao exposto, tenho a honra de propor que Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere produzir a seguinte declaração, para ser presente a aprovação em sessão da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva:

Reconhecer o interesse para as populações da Freguesia de Queiriga e do Município, bem como para a economia local, o projeto de criação de um “Centro de Memória das Migrações de Queiriga”, que visa preservar a memória coletiva da diáspora não só desta freguesia mas também de toda a região, e que será um ponto de partida de uma visita turístico-cultural a outros locais de interesse existentes na área envolvente da freguesia, nomeadamente o Parque Botânico "Arbutus do Demo", as Minas de Queiriga e a Orca dos Juncais, classificada de Monumento Nacional, visitados anualmente por centenas de turistas, representando um forte contributo para a dinamização e valorização do território local e regional, ao nível económico,

cultural e social, contribuindo assim para os objetivos do documento Estratégico de Desenvolvimento Local do território do GAL/ADDLAP.”

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia inscreveu-se e usou da palavra o Sr. Fernando Félix, que questionou o Sr. Presidente se serão os Serviços da Câmara, ou uma empresa a efetuar os trabalhos.-----

----- O Sr. Presidente informou que foi apresentada candidatura devidamente instruída pela autoridade de gestão, assim que tenha aprovação será feita a contratação publica para a execução do projeto.-----

----- Não tendo havido mais inscrições para este ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta da Câmara Municipal acima transcrita. -----

----- **d) Apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros (AHB) Voluntários de Vila Nova de Paiva para despesas de funcionamento com o setor de comunicações autorizado pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 1 de setembro de 2017 – Autorização para realização de despesas plurianuais para os anos de 2017 e 2018.** -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 29 de agosto de 2017, aprovada em reunião da Câmara Municipal do dia 01 de setembro do ano em curso, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) As associações humanitárias de bombeiros (doravante AHB) são pessoas coletivas sem fins lucrativos, que têm como escopo principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos, doentes ou náufragos, e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em atividade, para o efeito, um corpo de bombeiros voluntários ou misto, com observância do definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros, podendo ainda desenvolver outras atividades, em estrito cumprimento do seu fim não lucrativo e sem prejuízo do seu escopo principal, individualmente ou em associação, parceria ou por qualquer outra forma societária legalmente prevista, com outras pessoas singulares ou coletivas, desde que permitidas pelos estatutos (n.ºs 1 e 2 do art.º 2.º do regime jurídico das associações humanitárias de bombeiros aprovado pela Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto, alterado pela Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto).

b) As AHB adquirem personalidade jurídica e são reconhecidas como pessoas coletivas de utilidade pública administrativa com a sua constituição (art.º 3.º da Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto).

Ata N.º	04/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

c) Em cada ano económico o Estado apoia financeiramente as AHB, com vista ao cumprimento das missões de serviço público dos seus corpos de bombeiros, aplicando-se ao financiamento das AHB, enquanto entidades detentoras de corpos de bombeiros, os princípios da responsabilização, racionalidade, eficiência, transparência e proporcionalidade (artigos 2.º e 4.º, n.º 1, da Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto, que estabelece as regras do financiamento das AHB, no continente, enquanto detentoras de corpos de bombeiros).

d) Contudo são publicamente conhecidas as dificuldades, nomeadamente financeiras, com que as AHB se debatem para cabal cumprimento dos seus fins, pelo que as autarquias locais, em particular os municípios, têm também especial responsabilidade no apoio que podem eventualmente prestar às AHB, desde que se trate de atividades inseridas no âmbito das suas atribuições e competências.

e) Os municípios dispõem de atribuições no domínio da proteção civil, e as câmaras municipais têm entre as respetivas competências materiais, nomeadamente a de deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes (artigos 23.º, n.º 2, alínea j), e 33.º, n.º 1, alínea o), do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas).

f) A Direção da Associação Humanitária de Bombeiros (AHB) Voluntários de Vila Nova de Paiva manifestou carecer de apoio para custear as despesas de funcionamento do setor de comunicações instalado no seu quartel, essencial para o desenvolvimento dos seus fins, nomeadamente no socorro a feridos, doentes e extinção de incêndios, que se inserem no seu escopo principal de proteção de pessoas e bens, pelo que se julga poder ser concedido um apoio financeiro, de um ano, no montante de quinze mil euros.

Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere:

1.º) Autorizar a concessão de um apoio financeiro, por uma ano, com efeitos retroagidos a 1 de junho de 2017, à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Paiva no montante até € 15.000,00 (quinze mil euros) a processar em doze prestações mensais iguais e sucessivas.

2.º) Aprovar a minuta do protocolo de cooperação anexo à presente proposta, dela fazendo parte integrante, a outorgar com a referida AHB após autorização da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva para a realização dos encargos plurianuais inerentes à despesa em causa, em conformidade com o estabelecido na

alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na versão alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.”

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia e não tendo havido inscrições o Sr. Presidente da Mesa colocou aquela proposta a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta da Câmara Municipal acima transcrita. -----

----- **e) Relatório do Auditor Externo Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda com informação sobre a situação económica e financeira do Município relativa ao 1.º Semestre de 2017** – Tomada de conhecimento do Relatório presente à reunião ordinária da Câmara Municipal de 1 de setembro de 2017.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório do Auditor Externo. -----

----- **f) Apreciação da Actividade Municipal** desenvolvida durante os meses de julho e agosto e setembro de 2017, nos termos do art.º 25º, n.º 2, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro: -----

- Conhecimento dos textos das atas das reuniões da Câmara Municipal realizadas no período compreendido entre 01 de julho e 15 de setembro de 2017; -----

- Conhecimento da situação financeira do Município, através dos mapas do controlo orçamental da receita e da despesa com reporte ao período de 01 de janeiro a 31 de agosto, extraídos do Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), em uso na Divisão de Administração e Finanças (DAF); -----

----- Não tendo sido colocadas quaisquer questões sobre a atividade municipal, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal antes de encerrar a sessão agradeceu a todos o trabalho desenvolvido durante estes últimos quatro anos, referindo ter sido para ele um privilégio trabalhar com todos os presentes.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não tendo havido público na sala, o Sr. Presidente da Mesa, abdicou do período de intervenção.

----- **APROVAÇÃO DO TEXTO DA ATA** -----

----- A presente acta depois de lida em voz alta pelo Sr. Presidente da Mesa, e colocada a votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Finda a Ordem do Dia e uma vez tratados todos os assuntos, o Sr. Presidente da Mesa deu como encerrada esta sessão, eram quinze horas e cinquenta minutos. -----

Sessão Ordinária 20 de setembro de 2017

Ata N.º 04/2017	
Livro N.º	Folha N.º
6	

----- Para que conste lavrou-se a presente a ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

[illegible]